

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parlamentares aprovam incentivo a datacenters com "jabutis" 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com Trustee e Banvox, BC liquida 15 instituições ligadas ao caso Master 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN e Receita Federal abrem novo edital de transação 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso aprova fim da "Taxa das Blusinhas" 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula diz ter zerado a fila do INSS 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

NECESSIDADE DE CORTAR GASTOS - Governo admite que terá de rever despesas para conseguir arcar com políticas públicas já em 2028 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Fila do INSS recua para 1,5 milhão, indica ministério 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Moraes reage, pede a Fachin que Mendonça seja investigado e crise no Supremo escala 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Em vídeo, Lula manifesta-se pela primeira vez e defende apurações 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso acaba com "taxa das blusinhas" e aprova MPs 17

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado ilegal no Brasil revela um sistema econômico criminoso articulado , dizem especialistas 18

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

De caviar a adegas, PF aponta regalias pagas a Castro para favorecer Refit 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova projeto de lei que reformula o seguro rural no país 22

Sexta-Feira, 4 de Setembro de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SERVIDOR PÚBLICO

Operação do MPSP aponta corrupção privada.....24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PEC que reduz jornada fica para depois.....27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inteligência artificial e mais PIB - CELSO MING.....29

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Juros em alta ampliam dívidas e elevam os riscos globais.....30

Parlamentares aprovam incentivo a datacenters com "jabutis"

O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (3) o projeto de lei complementar que abre exceções às regras fiscais para permitir a execução de benefícios tributários, entre eles os previstos no Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata). O texto foi aprovado na quinta-feira tanto pela Câmara dos Deputados (com 346 votos a favor e 63 contrários) quanto pelo Senado Federal (com 66 votos favoráveis e nenhum contrário). A matéria segue agora para sanção presidencial.

A proposta foi aprovada com uma série de "jabutis" - como são chamados, no jargão do Congresso, dispositivos incluídos em um projeto sem relação direta com seu tema original. Entre eles está uma regra que facilita a concessão de benefícios tributários a resseguradoras locais.

O dispositivo abre caminho para a redução da tributação dessas empresas e condições mais favoráveis de compensação de prejuízos fiscais. A mudança pode viabilizar outro projeto do relator, deputado federal Isnaldo Bulhões (MDBAL), já aprovado pela Câmara, que reduz de 15% para 9% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para resseguradoras locais e flexibiliza a compensação de perdas acumuladas.

Inicialmente, segundo apurou o Valor, a equipe econômica do governo federal era contrária à medida. A posição mudou durante a negociação para que Bulhões reincluísse no parecer o dispositivo necessário à implementação do

Redata, que havia sido retirado de uma versão anterior do texto. O governo federal avaliou que o impacto fiscal da concessão feita às resseguradoras seria baixo.

O projeto original, apresentado pelo atual ministro das Relações Institucionais, José Guimarães (PT), quando era líder do governo na Câmara dos Deputados, estabelecia de forma mais ampla que benefícios tributários poderiam escapar de determinadas restrições fiscais quando a perda de arrecadação já estivesse prevista no Orçamento ou fosse compensada por outras receitas.

Bulhões também incluiu uma regra que dispensa permanentemente municípios com até 65 mil

habitantes de algumas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para receber transferências voluntárias da União. Entre elas estão comprovações relacionadas à regularidade tributária, empréstimos e prestação de contas de recursos recebidos anteriormente. A equipe econômica também resistiu inicialmente à mudança, mas o trecho foi mantido.

Outro acréscimo beneficia o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). Os dois poderão ser excepcionados de determinadas regras fiscais aplicáveis à concessão de incentivos, desde que os benefícios sejam compatíveis com a meta fiscal e estejam previstos no Orçamento.

Após negociações com o governo, Bulhões acolheu em plenário uma emenda que recolocou no projeto a flexibilização necessária ao Redata. A mudança é importante porque as regras fiscais em vigor impõem restrições à criação de benefícios que reduzam a arrecadação federal.

O Senado já havia aprovado, no início da semana, o projeto que cria o Redata, programa de incentivos fiscais destinado a estimular a instalação e a ampliação de centros de processamento de dados no país. O regime tem impacto fiscal estimado pela **Receita Federal** em R\$ 5,2 bilhões em 2026.

Ele prevê a suspensão de Programa

de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), PIS/Cofins-Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Importação na compra de componentes eletrônicos e produtos de tecnologia da informação e comunicação destinados ao ativo imobilizado dos data centers. Os benefícios têm prazo de cinco anos, embora os relativos a PIS/Cofins e IPI produzam efeitos somente até o fim de 2026, em razão da transição da **reforma tributária**. Para aderir ao regime, as empresas terão de cumprir contrapartidas. Entre elas estão a destinação de ao menos 10% da capacidade de processamento, armazenamento e tratamento de dados ao mercado interno e o atendimento de toda a demanda de energia elétrica por fontes renováveis ou de baixa emissão.

Com Trustee e Banvox, BC liquida 15 instituições ligadas ao caso Master

Administradoras tinham fundos que foram usados por Vorcaro em negócios com o empresário Nelson Tanure

Fundos da Trustee e Banvox já vinham em processo de esvaziamento e somam cerca de R\$ 31 bilhões em ativos

O Banco Central (BC) decretou ontem a liquidação extrajudicial da Trustee e da Banvox DTVM, administradoras de fundos ligadas ao ecossistema do Banco Master, aumentando para 21 o número de instituições que sofreram intervenção na gestão de Gabriel Galípolo na autoridade monetária. Desse total, 15 estão atreladas às irregularidades esquematizadas por Daniel Vorcaro.

Na esteira das operações policiais Compliance Zero, que apura as irregularidades do Master, e Carbono Oculto, que apura a infiltração do crime organizado na economia real, o Banco Central vem promovendo um amplo processo de depuração no sistema financeiro brasileiro. Com outras DTVMs menores que orbitavam o Master e já foram alvo da Polícia Federal ainda em funcionamento, é provável que esse trabalho não tenha terminado.

As liquidações da Trustee e da Banvox, segundo o BC, foram motivadas "pela existência de graves violações às normas legais que disciplinam as atividades das instituições".

Depois do Plano Real e com os efeitos de Proer (programa de reestruturação de bancos privados) e Proes (voltado a bancos públicos), o Brasil foi, por muitos anos, reconhecido por ter um sistema financeiro sólido e bem regulado, mas também concentrado. Em 2016, o BC de Ilan Goldfajn iniciou um processo de inovação e abertura, que foi vastamente ampliado na gestão de Roberto Campos Neto, em meio a um processo de digitalização que colocou novos competidores no mercado. Com o objetivo de promover competição e inclusão, esse movimento trouxe diversos avanços, como Pix, open finance e a expansão das fintechs.

O outro lado dessa moeda é que menores exigências, inclusive de capital, geraram uma proliferação de "players" novos, alguns dos quais - propositalmente ou não - com controles mais frouxos. Em diversos casos,

o processo de cadastro ("onboarding") de clientes foi fragilizado. Operações da Polícia Federal e da **Receita Federal** mostraram a infiltração do crime organizado nas fintechs, ataques hackers se tornaram frequentes e, como indicam os casos ligados ao Master, muitas instituições foram usadas para fraudes.

"É óbvio que esses trabalhos têm ciclos entre a hora que tem que ir para o ataque e colocar mais produtos e outra hora que tem voltar um pouco mais para a defesa e defender o que está acontecendo", afirmou Campos Neto em evento nesta semana. "Eu acho que o Banco Central foi correto de saber a hora de atacar e saber a hora de defender. As medidas estão sendo muito boas no sentido de defender."

Trustee e Banvox pertencem a Maurício Quadrado, ex-sócio de Vorcaro. Elas também aparecem nas investigações da Carbono Oculto, que apura um esquema bilionário de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e fraudes no setor de combustíveis ligado ao crime organizado. Quadrado, por sua vez, foi alvo de busca da segunda fase da Compliance Zero, deflagrada em janeiro.

No **comunicado** em que anunciou a liquidação, o BC disse que continuará tomando "todas as medidas cabíveis para apurar as responsabilidades, nos termos de suas competências legais".

Em nota, Trustee e Banvox afirmaram que não há nenhuma irregularidade na estrutura de suas operações ou violações às normas do mercado de capitais. Alegaram ainda que jamais foram notificadas pelo regulador para qualquer enquadramento nesse sentido.

"Trustee e Banvox vinham prestando todos os esclarecimentos demandados pela autoridade monetária nos últimos meses e sanando todas as dúvidas relacionadas às investigações envolvendo o Banco Master", afirmou o **comunicado** divulgado pelas empresas. Segundo elas, a decisão do BC foi "recebida com surpresa pelas empresas, que, inclusive, não tiveram nenhum de seus executivos incluídos na denúncia do Ministério Público na operação Carbono Oculto".

Fontes com conhecimento do assunto dizem que as DTVMs de Quadrado vinham prestando

esclarecimentos ao liquidante do Master sobre fundos envolvidos nos possíveis esquemas de corrupção. O executivo sempre alegou que saiu do Master quase um ano e meio antes da eclosão do escândalo. O que foi liquidado pelo BC foi a Banvox DTVM, e não a Banvox Holding, que abriga outros negócios. É essa holding que foi sócia do Master, usando uma emissão de debênture para comprar a participação no banco.

A Trustee administrava fundos que foram usados pelo Master, inclusive veículos por meio dos quais o grupo de Vercaro fazia negócios com o empresário Nelson Tanure, comprando participações em empresas em dificuldades. Fundos da Trustee também atuaram na polêmica compra coordenada de ações da Ambipar, que inflou os papéis da companhia em 2024.

A liquidação de Trustee e Banvox deve ter impacto limitado para investidores. Como já apareceram nas investigações da PF há meses, havia um processo de esvaziamento dos fundos. Segundo dados da Anbima, a Trustee reunia R\$ 66,9 bilhões em julho do ano passado, cifra que caiu a R\$ 23,2 bilhões ao fim de julho deste ano. A Banvox, por sua vez, totalizava R\$ 19,8 bilhões um ano atrás, ante R\$ 7,5 bilhões agora.

Em janeiro, a liquidação da CSBF DTVM, antiga Reag Trust DTVM, de João Carlos Mansur, paralisou as atividades de uma das maiores administradoras de fundos de investimentos e serviços fiduciários do país. Na ocasião, a administradora tinha R\$ 352,9 bilhões debaixo do seu guardachuva e ocupava a 11 colocação no ranking da Anbima.

Mansur fez nesta semana uma proposta de delação premiada para a Procuradoria-Geral da República (PGR), o que pode acabar implicando outros atores do setor financeiro. Com o debacle de Reag, da Sefer e das empresas do conglomerado Master, muitos fundos foram obrigados a migrar para outras administradoras. Outra delação que pode agitar o setor é a de Antonio Carlos Freixo Júnior, o "Mineiro", da Entrepay, que também estava envolto em negócios com Master.

Enquanto isso, permanece a grande incógnita sobre o Banco de Brasília (BRB), que pode aumentar a lista de intervenções do BC e elevar a conta para o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Quase três semanas após uma audiência no Supremo Tribunal Federal (STF), não houve avanço nas negociações para salvar o banco do Distrito Federal. Para conseguir pegar um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões com o FGC, o governo distrital precisa de uma fiança oferecida pelos grandes bancos, mas as instituições privadas dizem não poder aceitar os recursos dos Fundos de Participações dos Estado (FPE) e Municípios (FPM) como garantia e não há saída clara para o impasse.

O BRB se complicou ao comprar do Master quase R\$ 12 bilhões em carteiras fraudulentas. Em depoimento ao STF, cujo conteúdo veio à público ontem, Vercaro disse que tentou fazer um acordo com o banco do DF como forma de se proteger de "pressões" que estaria sofrendo de outros players do setor bancário, em sua visão incomodados com seu crescimento.

Outro potencial foco de problemas é o Digimais. O banco do bispo Edir Macedo vinha enfrentando dificuldades nos últimos anos, mas também foi engolfado pelo caso Master. A instituição enfrenta um processo na Justiça após ter cedido uma carteira de R\$ 659,8 milhões para um fundo, que depois disse ter encontrado problemas em 42% das cédulas de crédito bancário (CCBs) transferidas, parte delas originadas pelo Master. Em junho, o Digimais foi alvo da Operação Miragem, da PF.

Dois meses antes, o BTG havia anunciado um acordo para a compra do Digimais. Porém, o negócio depende de um empréstimo bilionário do FGC, que vai lançar um leilão no modelo "stalking horse". O fundo garantidor, de qualquer forma, está reticente e tem feito uma diligência bastante extensa no Digimais para entender os problemas que podem haver ali dentro.

Além das liquidações, é provável que o BC anuncie novas mudanças nas regras do FGC. Galípolo vem dizendo que é preciso avançar no alinhamento da remuneração entre distribuição e clientes. Ele também já havia dito que essa agenda é contínua e não tem uma linha de chegada.

PGFN e Receita Federal abrem novo edital de transação

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a **Receita Federal** vão abrir um novo edital de transação de tese tributária. A adesão será para devedores inscritos na dívida ativa ou que discutem na esfera administrativa a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganhos de capital e outros rendimentos de bens alienados por investidor não residente no país. A legislação prevê que o adquirente do bem no Brasil deve ser tributado.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a tese envolve R\$ 28 bilhões em litígio potencial, entre valores na dívida ativa e na esfera administrativa. São cerca de 28 contribuintes que podem ser abarcados com a transação. No **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, existem 44 processos sobre a tese, segundo a Fazenda Nacional.

O edital deve ser publicado no Diário Oficial da União de hoje, segundo previsão do órgão. A adesão ficará aberta até o dia 29 de dezembro. Os descontos irão de 25% a 65% do valor total da dívida. Além disso, será possível pagar até 30% por meio de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. O restante pode ser pago à vista ou com uma entrada e parcelamento entre 12 e 60 meses.

A tese envolve R\$ 28 bilhões em negociação, mas o impacto arrecadatário seria menor, devido aos descontos e à permissão para abater prejuízo fiscal. Em um cenário em que todos os contribuintes elegíveis venham aderir à tese e optem por renegociar com desconto de até 65% sobre a dívida total e uso de 30% de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, a União arrecadaria R\$ 6,86 bilhões. Ou seja, seria esse o valor que entraria nos cofres públicos, para encerrar a discussão.

A expectativa do governo é que grande parte do valor entre ainda neste ano nos cofres públicos, porque transações como essa tendem a fazer com que os contribuintes optem pelo pagamento à vista, para ter acesso aos maiores descontos.

"Temos uma tese com bastante indeterminação administrativa e judicial e valores muito relevantes para a sociedade", afirmou ao Valor Theo Lucas Borges, procurador-geral adjunto de gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS. Também segundo o procurador, ainda não há um posicionamento

consolidado nessa tese, seja a favor da União ou a favor do contribuinte. Por isso, o tema é passível de transação tributária.

Essa é a primeira transação de tese aberta este ano. A expectativa era de que fossem lançados três editais, mas a discussão que aconteceu no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a permissão ou não do uso de prejuízo fiscal na negociação travou o lançamento de editais no primeiro semestre, devido à insegurança jurídica aos contribuintes. Inicialmente, o TCU proibiu o abatimento, mas mudou o seu entendimento no fim de abril. Com isso, passou a permitir o uso de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL nas transações tributárias.

Além disso, algumas teses que chegaram a ser estudadas para serem lançadas acabaram sendo julgadas e pacificadas pelo **Carf** e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao longo do ano, segundo Borges, o que levou a Fazenda a abortar o lançamento.

Além do governo, representantes de contribuintes podem sugerir teses para serem avaliadas para transação pela PGFN e pela Receita. Essas sugestões podem ser feitas por meio do presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de presidentes de confederação representativa de categoria econômica ou centrais sindicais.

De acordo com o subsecretário de arrecadação da **Receita Federal**, Gustavo Manrique, já houve o lançamento de editais em anos anteriores a partir de teses propostas pelos contribuintes. Ele acrescentou que há a possibilidade de o Fisco e a PGFN lançarem um novo edital de transação por tese ainda neste ano.

"Tanto a Receita quanto a Procuradoria continuam estudando novas teses. Já há temas que estão em fase final de análise. A ideia é fortalecer cada vez mais a transação por tese", disse Manrique.

Congresso aprova fim da "Taxa das Blusinhas"

» LUÍZA ALTOÉ

Os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aprovaram, ontem, a medida provisória que pôs fim à "taxa das blusinhas"; imposto federal de importação de 20% aplicado sobre compras internacionais de até US\$ 50. A votação na Câmara e no Senado ocorreu de forma expressa e simbólica, aprovando o mesmo texto da comissão mista.

Os deputados apresentaram destaques, mas todos foram rejeitados. No Senado, não houve discussão. Vale lembrar que a matéria foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão e, portanto, segue para sanção presidencial.

A votação ocorre a cerca de um mês das eleições e é considerada uma vitória para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se reuniu com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Bra-sil-AP), para garantir o aval à matéria. "Ao retirarmos essa cobrança, reduzimos o peso dos **impostos** justamente sobre quem mais precisa, sobre quem mais sente o impacto de cada real no orçamento familiar" defendeu Motta após a aprovação da matéria.

Durante a tramitação no Congresso, o texto passou por alterações para ser mais bem recebido pelo setor produtivo, que aponta a existência de concorrência desleal com a tributação zerada. Com isso, foi adicionado um mecanismo que determina ao Ministério da Fazenda a realização de avaliações periódicas sobre os efeitos econômicos da medida.

A primeira análise deve ser concluída em até três meses após a publicação da matéria. A partir daí,

novas avaliações ocorreriam em até seis meses. O regime de tributação simplificada também será objeto de avaliação anual pelo Congresso Nacional. A ideia é que os dados sejam divulgados e, caso seja identificado um impacto considerável na economia brasileira, medidas de mitigação possam ser adotadas.

O relatório estabelece cinco grupos de indicadores a serem avaliados: emprego e renda;

competitividade nacional; compras internacionais; diferença de tributação e arrecadação. Serão

monitorados, obrigatoriamente, os setores: têxteis e vestuário; calçados; acessórios; brinquedos e cosméticos.

O texto autoriza o Ministério da Fazenda a alterar as alíquotas de imposto de importação para remessas postais internacionais. As alíquotas podem ser reduzidas a zero para remessas de até US\$ 50

dólares e a 30% para remessas de até US\$ 3 mil.

O texto aprovado também determina que, em caso de medicamentos sem similar nacional, importados por pessoa física para uso próprio ou individual para tratamento de doenças raras ou negligenciadas, haverá alíquota zero do Imposto de Importação e afasta os limites de valor do Regime de Tributação Simplificada (RTS).

Outras mudanças ao texto original da MP dizem respeito à determinação de que as plataformas digitais intermediadoras e operadores logísticos adotem mecanismos destinados à identificação de indícios de subfaturamento, fracionamento artificial de remessas e ocultação de remetente. Além disso, devem implementar medidas para evitar a comercialização de produtos de origem ilícita ou que

infrinjam os direitos de propriedade intelectual.

O descumprimento das obrigações pode sujeitar o infrator a advertências, multas proporcionais ao valor das transações com produtos ilegais, suspensão temporária das atividades e, em casos graves ou reincidentes, ser proibida de operar no mercado nacional.

Entre as medidas previstas estão a verificação da identidade dos vendedores; disponibilização de canais para denúncias; retirada de anúncios de produtos ilegais; suspensão de vendedores infratores; e realização de auditorias periódicas. Caberá às plataformas garantir a rastreabilidade dos vendedores estrangeiros, monitorar padrões anormais de remessas, manter registros eletrônicos das operações e cooperar com a **Receita Federal**.

Setor protesta

Após a aprovação, a Confederação Nacional do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) emitiu nota criticando a "falta de isonomia tributária" na aprovação da MP da Taxa das Blusinhas. "A entidade entende que a medida mantém um tratamento favorecido às empresas estrangeiras e aumenta os desafios competitivos para negócios instalados no Brasil" afirma.

No entanto, a entidade reconheceu os avanços advindos dos instrumentos adicionados que fortalecem a fiscalização, preveem avaliações e responsabilizam plataformas. "A inclusão desses instrumentos representa um avanço ao criar mecanismos de acompanhamento capazes de subsidiar futuras discussões a respeito dos efeitos da política e possíveis ajustes necessários para reduzir assimetrias concorrenciais" apontou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/09/04/all.pdf>

Lula diz ter zerado a fila do INSS

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, ter zerado a fila de espera para benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em seu discurso, o presidente destacou que "zerar" a fila do **INSS** vai significar que os trabalhadores tenham até 45 dias - cumprimento do prazo legal - de espera para receber um retorno do instituto de seguridade sobre o possível recebimento do benefício, ou não.

"Zerar a fila não significa que não tem mais fila. Nós queremos humanizar a fila para que a pessoa

tenha o tempo correto de dar entrada (no **INSS**), esperar e receber ou não benefícios" disse o petista.

Após o anúncio, o ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, destacou esforços do governo que podem fazer com que seja antecipado o prazo para resposta do **INSS**. "Estamos melhor do que o critério legal. O prazo máximo legal é de 45 dias e nós, atualmente, estamos com 34 dias de tempo médio. É uma vitória nossa estarmos abaixo do tempo médio que é permitido" disse Queiroz, em conversa com jornalistas.

Ele, no entanto, ponderou

ainda haver fila de beneficiários que aguardam mais de 45 dias para ter respostas do **INSS**. "Essa fila de beneficiários acima dos 45 dias, que em fevereiro era de 1,82 milhão de pessoas, se transformou em um resíduo de pouco mais de 200 mil, que são de pedidos especiais, que são de casos mais complexos, que tem grupo de trabalho tratando especificamente deles" explicou.

Reajuste

O presidente ainda defendeu a manutenção do reajuste real

- acima da **inflação** - dos benefícios pagos aos aposentados do **INSS**.

"Aí vem inventar que o deficit é por conta da Previdência. Não, o deficit é porque a gente tem que pagar R\$ 1,3 trilhão de juros todos os anos. Nunca aceitei jogar a responsabilidade do deficit em cima da **Previdência Social**" disse.

Apontada como a pasta de maior custo do governo, o Ministério da Previdência, por meio do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), projetou que as despesas com aposentadorias e benefícios devem chegar a R\$ 1,218

trilhão em 2027. A defesa da manutenção do ganho real dos benefícios concedidos pelo **INSS** ocorreu dias após o presidente Lula se reunir com representantes dos setores produtivo e financeiro, no Palácio do Alvorada.

Entre os presentes no jantar oferecido pelo presidente Lula estava o banqueiro André Esteves, sócio do BTG, que defende publicamente a revisão dos gastos públicos.

Lula comentou ter sido no seu governo o início das investigações da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que apontaram fraudes em repasses do **INSS**.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/09/04/all.pdf>

NECESSIDADE DE CORTAR GASTOS - Governo admite que terá de rever despesas para conseguir arcar com políticas públicas já em 2028

THAÍS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu que precisará adotar novas medidas de redução de despesas para conseguir pagar as políticas públicas hoje vigentes a partir de 2028. De acordo com a análise realizada na proposta orçamentária enviada nesta semana ao Congresso, o espaço no limite de gastos do arcabouço fiscal pode ser insuficiente para acomodar os custos dos programas atuais, mesmo sem considerar expansões ou novas iniciativas.

A conclusão reforça o argumento de especialistas em contas públicas e economistas do mercado financeiro de que o governo precisa acelerar o ajuste fiscal, com medidas mais contundentes, para frear o aumento acelerado da dívida bruta, que alcançou 82,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em julho. Entre as iniciativas citadas estão a desvinculação do salário mínimo dos benefícios do **INSS** e mudanças nos pisos de investimento em saúde e educação.

No capítulo do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027 referente ao Marco Orçamentário de Médio Prazo, o governo cruza as projeções sobre o custo necessário para a manutenção das políticas atuais bancadas com despesas discricionárias até 2030, a chamada "linha de base da despesa", com o espaço no limite de gastos para gastos "livres". Esse espaço é obtido após a dedução das despesas obrigatórias, dos gastos dos demais Poderes e das emendas parlamentares, incluindo depois as despesas discricionárias (gastos de livre alocação do governo) não sujeitas ao teto.

De acordo com o documento, o objetivo da linha de base da despesa é estimar o montante de recursos necessário "à mera manutenção das políticas e investimentos atuais nos patamares de 2027, sem a inclusão de expansões ou novas iniciativas, admitidos ajustes decorrentes de fatores exógenos, despesas já contratadas ou iniciativas de revisão de gastos em

andamento".

O cálculo mostra que, para 2027, a linha de base da despesa é exatamente igual ao espaço para gastos livres dentro do limite. Esse cenário, porém, muda em 2028, com uma insuficiência de R\$ 15,8 bilhões para pagar a "linha de base da despesa discricionária" do Executivo. Em 2029 e 2030, ficam faltando R\$ 14,9 bilhões e R\$ 23 bilhões, respectivamente.

Em 2028 e 2029, o buraco seria ainda maior, porque seria necessário um acréscimo de R\$ 7,7 bilhões e R\$ 2,2 bilhões, nessa ordem, para cumprir o piso de saúde. No total, então, seriam necessários R\$ 23,5 bilhões em revisão de gastos em 2028 e R\$ 17,1 bilhões em 2029. Para 2030, por sua vez, haveria folga de R\$ 4,3 bilhões.

O exercício também mostra que o espaço no limite de gastos se estabiliza entre 2029 e 2030, com contribuição da desaceleração do crescimento das despesas obrigatórias sujeitas ao teto, que alcança 6% nos dois anos, mais próximo da variação do próprio limite (5,6%).

"O confronto entre a linha de base e o espaço disponível aponta a necessidade de revisão de gastos nos próximos exercícios. É, porém, um cenário que já traduz maior controle das despesas obrigatórias, cujo crescimento converge para o do limite, e que, construído sob a premissa de políticas inalteradas, não incorpora medidas em desenho ou em maturação", diz o governo no Ploa.

SEM LEVAR AO PÉ DA LETRA

O documento pondera, no entanto, que as projeções possuem caráter indicativo, não vinculando os orçamentos posteriores, e que serão revisadas ao menos anualmente. Além disso, diz que, por ser a primeira elaboração das linhas de base, os valores devem ser lidos como estimativas iniciais.

Mesmo nesse estágio, a análise do Ploa destaca que

a apuração da linha de base traz ganhos relevantes por ser uma base mais consistente para as próximas discussões orçamentárias, por identificar antecipadamente pressões de gastos, por dar apoio à revisão e à realocação de despesas e por garantir maior transparência.

O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, acrescentou que o exercício reconhece que as medidas de revisão de gastos precisam funcionar, mas que a análise não deve ser levada ao pé da letra, porque tem limites para projetar o espaço fiscal nos próximos anos. Segundo o ministro, a metodologia de cálculo utilizada é mais simples, só considera as despesas atuais dos ministérios atualizadas pelos parâmetros do arcabouço, sem incluir o efeito das medidas de revisão de gastos já em curso - algo que seria necessário em uma projeção mais realista do espaço fiscal.

"NÃO É CONFORTÁVEL"

Moretti argumentou que alertas para os anos subsequentes como esse já foram dados em peças orçamentárias anteriores, como as de 2025 e 2026, mas que depois, em razão do esforço fiscal do governo, a realidade se mostrou menos pessimista. O ministro, no entanto, disse que a discussão sobre a limitação do exercício realizado no Ploa não significa que novas ações de contenção de gastos não sejam necessárias.

-Não é uma situação (fiscal) confortável, eu tenho dito que a gente precisa seguir atuando sobre ela. O exercício é apenas um exercício estático, reconhece que essas medidas precisam funcionar. Mas não (funciona) como um alerta de que haverá um shutdown, porque simplesmente desconsidera as medidas em curso.

De acordo com o Planejamento, as medidas de revisão de gastos já aprovadas geraram uma economia de cerca de R\$ 120 bilhões em 2025 e 2026. E Moretti ressalta que vão continuar a produzir efeitos nos anos seguintes. Para 2027, a estimativa em abril era que poupassem R\$ 89 bilhões.

No mês passado, esse número foi reforçado com a aprovação de dois novos gatilhos de contenção de gastos, que devem produzir uma economia de mais R\$ 8,9 bilhões no ano que vem. São eles a mudança no cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e a limitação da variação de despesas com vinculações legais aos parâmetros do arcabouço fiscal, de aumento real de 0,6% a 2,5%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fila do INSS recua para 1,5 milhão, indica ministério

O ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, divulgou na quinta-feira (3) que a quantidade de requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais em análise pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) chegou a 1,252 milhão de pedidos ao fim de agosto. É o menor número desde o início do governo Lula 3. O patamar está abaixo do volume de novos pedidos mensais e dentro da capacidade de análise do instituto.

Com isso, o governo considera que "zerou a fila de espera do **INSS**", já que o número de requerimentos em análise está igual ao número de novos pedidos que entram mensalmente no instituto.

"Zerar a fila é ter menos gente esperando do que a quantidade de gente que entra. O que era fila se transforma em fluxo de atendimento, e isso aconteceu em agosto deste ano", disse Queiroz em um evento no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O anúncio acontece cerca de um mês antes do primeiro turno das eleições presidenciais de outubro. Lula concorre à reeleição.

Em fevereiro, a fila atingiu o patamar recorde de 3,128 milhões de pedidos aguardando resposta, o que gerou um alerta no governo, que temia que a espera por uma aposentadoria ou pensão impactasse a popularidade do presidente. Com isso, Lula determinou que a fila fosse reduzida até as eleições de outubro.

Para isso, diversas medidas foram adotadas pelo governo, como contratação de novos servidores, atendimento por telemedicina em regiões onde há poucos profissionais, mutirões no fim de semana e continuidade do programa que prevê bônus aos servidores por análises adicionais. Também houve mudanças nas regras de concessão de auxílio-doença por Atestmed (análise documental, sem passar por perícia médica presencial).

O patamar atual da fila significa uma espécie de "platô", porque seria próximo do número de requerimentos que entram mensalmente no instituto, que varia entre 1,2 milhão a 1,3 milhão, segundo técnicos do **INSS**. O governo estimava atingir esse nível de "platô" apenas no fim de setembro, mas conseguiu um mês antes.

"Hoje tem menos gente esperando do que entrou de

requerimentos no mês passado. Isso não é fila. Quando não tem fila, tem fluxo de atendimento", argumentou Queiroz.

Apenas em julho, apesar de ter registrado 1,435 milhão de novos pedidos de aposentadorias e benefícios assistenciais - um volume recorde -, o **INSS** conseguiu analisar 1,658 milhão requerimentos.

Em menos de seis meses, o **INSS** também reduziu o tempo médio de atendimento de 59 dias, em fevereiro, para 34 dias em agosto. O prazo legal para resposta das solicitações é de até 45 dias. Contudo, ainda há uma parcela da fila, principalmente a que depende de perícia médica presencial, aguardando resposta acima do prazo legal.

Durante o evento, Queiroz negou que a redução da fila seja influenciada pelo aumento dos indeferimentos. Segundo dados do **INSS**, a concessão média está em 730 mil benefícios por mês, considerando o período de janeiro a julho deste ano.

Moraes reage, pede a Fachin que Mendonça seja investigado e crise no Supremo escala

Pedido pode causar anulação de provas obtidas nas operações sobre Master e **INSS**

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu que o ministro André Mendonça seja investigado por suposto abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade. Ele também acusa o colega de quebra da imparcialidade judicial e favorecimento de grupos políticos nas investigações dos casos do Banco Master e das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A solicitação, encaminhada ao presidente do STF, Edson Fachin, acontece dois dias depois de Mendonça retirar o sigilo de um relatório da Polícia Federal (PF) que citava mensagens enviadas pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, a um contato atribuído a Moraes. Nelas, Vorcaro buscava interferir e obter informações sobre as apurações que o levaram a ser preso em novembro do ano passado. O episódio abriu uma crise sem precedentes no Supremo, agora intensificada pelo pedido para Mendonça ser investigado.

Procurado, Mendonça não se manifestou até o fechamento desta edição.

Moraes se valeu do inquérito das "fake news", relatado por ele desde 2019, para pedir a investigação. Segundo a decisão encaminhada a Fachin, foi determinado na terça-feira (1) que o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, enviasse relatórios de inteligência que foram produzidos "a partir da necessidade de documentar inúmeras irregularidades e ilegalidades" praticadas na condução das operações Sem Desconto, sobre o **INSS**, e Compliance Zero, sobre o Master. A decisão não deixa claro se os relatórios foram produzidos pela PF sem qualquer provocação.

As irregularidades identificadas pela PF, diz Moraes, indicariam que Mendonça buscava

"direcionar a produção de provas para falsa imputação de crime em relação a ministros do STF, com citação expressa dos nomes dos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Nunes Marques, além do procurador-geral da República e do diretor-geral da Polícia Federal".

As informações enviadas também teriam demonstrado, segundo Moraes, o cometimento de uma série de irregularidades, como a "usurpação" da "direção das investigações das autoridades policiais", a condução irregular de tratativas de colaboração premiada e o direcionamento de investigações para que afetasse alvos específicos por motivo político. Entre os supostos alvos estariam o próprio Moraes e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Além de a solicitação poder levar

a uma investigação contra Mendonça, pode também causar a anulação de provas obtidas nas operações Compliance Zero e Sem Desconto. Isso porque Moraes questiona, entre outros pontos, a chamada "cadeia de custódia" das provas, série de procedimentos previstos no Código de Processo Penal (CPP) sobre como devem ser usadas, preservadas, processadas, armazenadas e descartadas as provas colhidas em processos criminais.

Moraes diz, por exemplo, que medidas determinadas por Mendonça,

como o acesso antecipado ao acervo bruto de extrações de aparelhos, sem o filtro e controle de veracidade feito pela PF, violou a cadeia de custódia e prejudicou "a apuração criminal, permitindo, inclusive, diversos vazamentos".

Segundo ele, um relatório de inteligência da PF teria apontado que decisões de Mendonça nos dois casos, em tese, "teriam configurado usurpação da direção das investigações das autoridades policiais, com flagrante perda da imparcialidade, em virtude de "indícios crescentes de enviesamento da condução da supervisão judicial, manifestados em direcionamento temático de intensidade progressiva quanto a linha investigativa determinada", e quebra da cadeia de custódia das provas apreendidas".

Moraes acusa o colega ainda de ter atuado por motivações pessoais e políticas. Indício disso,

defende, é que Mendonça teria direcionado a apuração contra determinados alvos, como Alcolumbre. Ele também fala de si mesmo em diversos trechos da decisão, na terceira pessoa.

"A Polícia Federal aponta diversas condutas do ministro relator, André Mendonça, que, em tese, configuram condutas tipificadas como improbidade administrativa, crimes de responsabilidade e de abuso de autoridade, inclusive pelo direcionamento de determinados alvos para investigação, por motivos pessoais e políticos, na tentativa de incriminação do ministro Alexandre de Moraes e do senador Davi Alcolumbre", diz trecho da decisão.

Moraes afirma que a PF e a Procuradoria-Geral da República (PGR) não lhe imputaram o cometimento de crimes. Por causa disso, Mendonça teria atuado para investigá-lo com o objetivo de encontrar infrações penais que pudessem incriminá-lo.

Pouco depois de tornado público o despacho, Fachin cobrou informações de Moraes, Mendonça, PGR e PF sobre o relatório que cita mensagens de Vorcaro. As medidas têm como objetivo averiguar todo o contexto da produção do relatório determinado por Mendonça sobre conversas encontradas no celular de Vorcaro que expuseram a relação dele com Moraes.

O presidente da Corte quer analisar tudo antes de submeter o relatório ao plenário do Supremo para discutir quais providências deverão ser tomadas, incluindo a possibilidade de se investigar Moraes.

Entre as informações solicitadas por Fachin estão: como se deu o cumprimento da Lei Orgânica da Magistratura (Loman), eventual acesso a documento particular e informações sob sigilo e as circunstâncias de uma diligência policial. Fachin também quer saber em que condições se deu a decisão de Mendonça determinando a produção do relatório.

Antes do agravamento da crise, o decano da Corte, Gilmar Mendes, afirmou que havia sugerido a Fachin que fossem vetados delegados da PF nos gabinetes. Segundo ele, isso tende a influenciar a condução de investigações presididas por integrantes do Supremo. Ele também disse considerar inadequado manter uma relação tão próxima entre investigadores e julgadores.

Atualmente, quatro delegados atuam no Supremo. O gabinete de Mendonça conta com dois deles. Moraes também conta com o auxílio de um e há ainda um integrante da PF na área de segurança.

Na quinta-feira, ao deixar o plenário do Senado, Alcolumbre foi questionado sobre o pedido de Moraes em relação a Mendonça. Ele, no entanto, disse que não tinha conhecimento da decisão. "Eu não sei de nada. Não sei qual foi a decisão", afirmou.

Em vídeo, Lula manifesta-se pela primeira vez e defende apurações

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quebrou o silêncio e defendeu, na quinta-feira (3), as investigações de todos que estão relacionados com a fraude do Banco Master, "sem blindagem" e "doa a quem doer". Lula cobrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR), que têm integrantes acusados de envolvimento no caso, liderem um processo "que garanta a integridade e a confiança nas investigações".

Essa foi a primeira declaração do petista após a revelação de mensagens entre o ministro do STF Alexandre de Moraes e o exbanqueiro Daniel Vercaro, dono do Master. O vídeo, no entanto, foi divulgado antes de Moraes pedir que o colega, André Mendonça, fosse investigado por suposto abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade na condução das operações do caso Master e das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

"É chegada a hora que as pessoas que atuam na vida pública honrem seu dever de ofício e coloquem o compromisso público acima de qualquer interesse individual", disse Lula, em vídeo divulgado no início da noite.

"É fundamental que se investigue todo mundo, sem blindagem de ninguém, doa a quem doer. O povo brasileiro tem o direito de saber a verdade", complementou o petista.

Lula classificou o escândalo do Master como o "maior roubo da história do Brasil". O presidente não citou nomes, mas diz que o "líder do esquema", em uma referência a Vercaro, "tem relações com muita gente poderosa". Ao longo do vídeo, o chefe do Executivo federal não cita Moraes diretamente.

Nessa linha, o petista criticou os vazamentos dos últimos dias e disse que a democracia brasileira não pode ficar "refém de vazamentos seletivos". Ele, então, defendeu que o presidente do Supremo, Edson Fachin, e a PGR liderem um processo "que garanta a integridade e a confiança nas investigações".

"Como presidente da República, acredito que só agindo com firmeza e transparência vamos garantir que as instituições sejam respeitadas pela sociedade brasileira", disse.

Ao longo dos últimos dias, Lula foi aconselhado a não se envolver diretamente no caso para evitar possíveis desgastes na campanha, a um mês do primeiro turno das eleições. Contudo, no entorno petista, há uma preocupação sobre a relação construída entre Moraes e governo nos últimos anos, em especial após o julgamento dos atos golpistas de 8 de janeiro, de um eventual alinhamento e proximidade. Por conta disso, foi decidida a gravação do vídeo.

A ideia era que o petista adotasse um tom institucional na gravação para se apresentar como o presidente da República, e não um candidato buscando a reeleição. Nesse sentido, o material foi filmado no Palácio do Planalto. Mesmo assim, o PT discute a possibilidade de divulgar o vídeo no próximo sábado (5) na propaganda eleitoral na TV.

Para se blindar de desgastes, Lula também se reuniu, nos últimos dias, com ministros do STF como forma de abordar o assunto e evitar ruídos que tensionassem, ainda mais, os Poderes. A estratégia é que tanto a campanha quanto o próprio governo defendam a autonomia das investigações, na tentativa de evitar que a crise se instale no Planalto, e favoreça os adversários de Lula no pleito.

Já o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), tentou colar a imagem de Moraes à de Lula. "O Brasil é muito maior do que o ministro do Lula. Sim, Lula e Moraes vão perder porque O BRASIL VAI VENCER!", escreveu nas redes sociais.

A manifestação mais institucional coube ao coordenador da campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN). Em nota, ele lembrou que o pedido feito contra Mendonça aconteceu no chamado inquérito das "fake news", que foi aberto em 2019, no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, com o intuito de conter ataques a ministros da Corte.

"Alexandre de Moraes transforma mais uma vez o Inquérito 4.781, aberto há sete anos e de limites cada vez mais elásticos, em instrumento de poder pessoal. Agora, recorre ao mesmo inquérito para avançar contra André Mendonça justamente quando o ministro conduz apurações que alcançam fatos graves envolvendo o próprio Moraes", disse o senador em nota.

Segundo Marinho, trata-se de "uma inversão intolerável de valores". "Quem deveria prestar esclarecimentos às instituições e ao povo brasileiro utiliza poderes investigativos excepcionais sob seu comando para constranger quem supervisiona uma investigação séria".

Ele afirmou, ainda, que o episódio expõe o grau de "deterioração institucional" produzido pela perpetuação desse inquérito. "Nenhum ministro pode estar acima do escrutínio, muito menos dispor de poderes excepcionais para reagir contra quem o escrutina."

O candidato do Missão à Presidência, Renan Santos, também se manifestou sobre o assunto, durante uma sabatina à CNN Brasil. "Nós vivemos em um não país. O Brasil acabou. Não existe mais institucionalidade no Brasil", afirmou.

Ele criticou ainda o fato de a decisão ter sido tomada por Moraes, que foi implicado no caso Master. "A ideia de que um ministro do STF, envolvido em um escândalo de corrupção, que é dono de um inquérito e pode colocar e tirar pessoas do inquérito de acordo com a vontade dele para punir essas pessoas, que faça uso dessa prerrogativa ilegal num momento em que ele está sendo investigado no maior escândalo de corrupção do Brasil, isso só mostra que não tem nenhum sentido mais a institucionalidade brasileira", declarou.

Congresso acaba com "taxa das blusinhas" e aprova MPs

O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (3) a medida provisória (MP) que isenta de **impostos** federais as compras de até US\$ 50, mais conhecida como "taxa das blusinhas". A decisão cumpre o acordo celebrado entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Além das blusinhas, as tratativas contemplavam ainda a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, das propostas de emenda à Constituição (PECs) da Segurança e da escala 6x1.

As tramitações, contudo, não foram simples, tampouco estão 100% concluídas. A PEC da Segurança, por exemplo, ficou apenas no texto-base, restando pendentes três destaques. O texto só deve voltar a ser analisado depois das eleições. No caso das blusinhas, a votação estava prevista para terça-feira (1), mas exigiu uma longa negociação em torno de eventuais compensações aos setores afetados. Também havia uma expectativa de que a 6x1 pudesse seguir ao plenário, apesar de Alcolumbre não ter se comprometido com esse passo.

O desfecho expôs tanto a capacidade de articulação entre o Planalto e a cúpula do Congresso quanto os limites do entendimento. O governo conseguiu avançar em uma pauta de forte apelo político e econômico, enquanto Alcolumbre e Motta entregaram parte do acordo firmado com Lula sem assumir compromisso com todas as etapas seguintes. No Senado, sobretudo, o avanço das duas PECs mostrou que o acerto político não significava aprovação automática em plenário. A concentração das votações na semana de "esforço concentrado" também deu ao Planalto alguma vitrine legislativa num momento de reaproximação com a cúpula das duas Casas.

A proposta que trata da escala 6x1 passou pela CCJ e foi enviada ao plenário, com calendário especial para acelerar a tramitação. O texto reduz de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal e assegura dois dias de repouso remunerado, sem redução salarial. A expectativa, agora, é de que a votação aconteça entre o primeiro e o segundo turno das eleições.

A PEC da Segurança também avançou apenas parcialmente. A CCJ aprovou o texto-base do parecer do senador Rogério Carvalho (PT-SE), mas deixou três destaques pendentes. A previsão de destinar

recursos das bets aos fundos de segurança, por exemplo, foi retirada. Já a MP das blusinhas exigiu negociação mais prolongada. O texto só avançou depois de discussões que se arrastaram por dois dias sobre compensações aos setores afetados. A aprovação nas duas Casas representou a principal entrega do acordo político da semana. O Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) manifestou em nota "profunda preocupação"

com a aprovação e afirmou que a medida restabelece "uma grave assimetria de carga tributária" entre os produtos importados por plataformas estrangeiras e aqueles produzidos no Brasil.

Além desse pacote, o Congresso aprovou na semana outras duas medidas provisórias. Uma delas foi a MP do Move Brasil, lançado em maio pelo governo junto com outras iniciativas voltadas ao público mais alinhados à oposição. A medida autoriza até R\$ 30 bilhões para financiar a renovação de veículos de taxistas e motoristas de aplicativo e ampliou o alcance para profissionais do

transporte escolar. Com dificuldade para fazer os empréstimos ganharem tração, o governo já havia ampliado de 72 para 84 meses o prazo máximo de financiamento e de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil o valor máximo do veículo.

Também foi aprovada pelos parlamentares a medida provisória voltada à redução das filas do **INSS**, fechando uma semana de esforço concentrado em que governo e cúpula do Congresso avançaram em uma sequência de propostas de forte repercussão política e social, ainda que parte dos compromissos tenha ficado para depois.

Mercado ilegal no Brasil revela um sistema econômico criminoso articulado, dizem especialistas

O avanço do mercado ilegal no Brasil e a crescente atuação de organizações criminosas em diferentes cadeias produtivas foram alguns dos temas de um seminário realizado na semana passada em Brasília e que reuniu autoridades, representantes de associações setoriais, especialistas e acadêmicos.

O presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), Edson Vismona, citou dados da entidade mostrando que os prejuízos provocados passaram de R\$ 100 bilhões em 2014 para R\$ 473 bilhões no ano passado, revelando um "sistema econômico criminoso articulado", com capacidade de financiar outras atividades ilegais e afetar empresas que atuam dentro da lei.

- Há 20 anos, tínhamos sacoleiros trazendo produtos do Paraguai. Temos hoje estruturas criminais sofisticadas cada vez mais empenhadas - disse Vismona, que defende o uso adequado dos **impostos** como estratégia para combater o problema. - Não pagar imposto gera altíssimo lucro. Apresentamos essa demanda na **Reforma Tributária**, pois sempre que subir imposto aumenta a lucratividade e a competitividade do produto ilegal.

O superintendente regional adjunto da **Receita Federal** na 1ª Região Fiscal, Erivelto Moysés Torrico Alencar, destacou a grande capacidade financeira do crime organizado.

- As pessoas enxergam um trabalhador que vai à fronteira, compra uma mercadoria e vende para sustentar a família. Mas não entendem que, por trás desse trabalhador, muitas vezes há uma organização criminosa - disse Alencar, citando uma apreensão de R\$ 20 milhões em perfumes e outra de R\$ 1,5 milhão em medicamentos emagrecedores transportados por uma única pessoa em Mato Grosso do Sul.

Coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da Universidade de São Paulo (ESEM-USP), o professor Leandro Piquet afirmou que 25% dos entrevistados de um levantamento da instituição admitiram que poderiam consumir produtos ilegais caso fossem mais baratos, indicados por amigos ou facilmente encontrados.

A expansão do mercado clandestino de medicamentos para emagrecimento, por exemplo, acendeu um alerta na **Receita Federal**.

- De janeiro a junho de 2025, tivemos a apreensão de R\$ 4 milhões em medicamentos emagrecedores. Este ano, no mesmo período, apreendemos mais de R\$ 80 milhões - comparou Alencar.

Ele lembra que "tanto os remédios quanto os perfumes introduzidos irregularmente no país são exemplos de produtos ilegais que podem provocar riscos diretos à população e à saúde pública".

No caso de dispositivos eletrônicos para fumar, Vismona questiona a proibição mantida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Na avaliação do presidente do FNCP, a ausência de um mercado regulamentado entregou o abastecimento desses produtos ao comércio clandestino:

- O cigarro eletrônico é proibido, mas há mais de três milhões de usuários consumindo um cigarro aberto, sem a blindagem da Anvisa. A falta de regulamentação criou o monopólio do crime.

No agronegócio, o perigo está na entrada de defensivos falsificados, contrabandeados ou proibidos no Brasil. Piquet citou o paraquat, herbicida banido no país por seus riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

"Endurecimento penal não resolve sem investigação real" - Leonardo Piquet, coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da USP

Além dos efeitos sanitários e ambientais, o pesquisador adverte que resíduos de produtos não autorizados podem provocar prejuízos comerciais.

- A falsificação e a importação ilegal desse defensivo para a soja podem ter impacto econômico grande e fechar mercados internacionais ao Brasil.

As redes ilegais também encontraram no comércio eletrônico uma forma de alcançar diretamente o

consumidor. Vismona afirmou que empresas e entidades do setor denunciavam mensalmente mais de 17 mil anúncios de cigarros ilegais encontrados em plataformas digitais.

Para ele, os marketplaces devem assumir maior responsabilidade na identificação e na retirada dessas ofertas.

- Os marketplaces têm tecnologia para combater isso por meio de algoritmos e inteligência artificial - defendeu.

Na fiscalização, a **Receita Federal** aposta no cruzamento de informações para localizar empresas criadas para conferir aparência legal a operações irregulares. Alencar avalia que a integração entre as notas fiscais de serviços e de mercadorias poderá ampliar a rastreabilidade das cadeias produtivas.

A medida ajudaria a identificar as chamadas "empresas noteiras": firmas abertas principalmente para emitir documentos fiscais falsos e encobrir a origem ou a circulação irregular de mercadorias.

Piquet chama a atenção para produtos de nicotina cuja circulação permanece pouco visível nas estatísticas e nas ações de fiscalização. Entre eles estão os vaporizadores e os sachês de nicotina vendidos irregularmente ou sem regulamentação específica. Segundo o pesquisador, os sachês já teriam 1,5 milhão de usuários no Brasil.

Os vapes, por sua vez, ocupam espaço relevante nas rotas de contrabando entre o Paraguai e o território brasileiro. Inteligência e integração no combate ao crime.

Embora a Receita tenha ampliado o valor das apreensões de R\$ 3 bilhões, em 2022, para R\$ 4,2 bilhões, em 2025, Alencar afirmou que o órgão ainda enfrenta limitações operacionais e de pessoal.

- Diversos estudos apontam que esse volume de apreensão representa entre 0,5% e 1% do que entra irregularmente no país - disse.

"Apreensões de medicamentos emagrecedores ilegais dispararam" - Erivelto Alencar, da Receita

Para o superintendente, o tamanho da diferença entre o que é interceptado e o que consegue chegar ao mercado mostra a necessidade de aperfeiçoar o uso de informações fiscais e ampliar a integração entre os órgãos públicos.

Vismona acrescenta à discussão o peso da falta de tributação e da regulação sobre a oferta de pirataria.

Na avaliação dele, diferenças expressivas de preço podem fortalecer o mercado clandestino, enquanto cortes orçamentários reduzem a capacidade de resposta do Estado:

- Precisamos observar o impacto regulatório e tributário. A segurança pública não pode sofrer contingenciamento de recursos, porque isso impede a ação da polícia e abre as portas para o crime.

Para Piquet, o aumento das penas, isoladamente, não será suficiente para enfraquecer organizações que operam com estruturas empresariais e grande capacidade financeira. O professor defende um modelo de investigação que reúna inteligência policial, tributária e financeira.

Como referência, ele citou a experiência italiana, baseada na atuação combinada das áreas penal, administrativa e financeira.

- O simples endurecimento penal não resolve sem capacidade real de investigação. Precisamos de forte presença da inteligência tributária e financeira alimentando a investigação criminal", concluiu.

O projeto Mercado Illegal é uma realização dos jornais O Globo, Valor e Extra e da rádio CBN, com patrocínio de Philip Morris Brasil, Instituto Combustível Legal, Mercado Livre, BAT Brasil e apoio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD) e da Aegea.

* Para o Valor

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/mercado-ilegal/noticia/2026/09/04/mercado-ilegal-no-brasil-revela-um-sistema-economico-criminoso-articulado-dizem-especialistas.ghtml>

De caviar a adega, PF aponta regalias pagas a Castro para favorecer Refit

**BERNARDO MELLO, CAIO SARTORI, FELIPE GRINBERG
E LUCAS ALTINO politica@oglobo.com.br**

Mensagens obtidas pela Polícia Federal (PF) apontam que o ex-governador Cláudio Castro (PL) manteve relação de proximidade com Ricardo Magro, dono da Refit, e recebeu "benefícios" pagos por terceiros em suposta retribuição por favorecer o empresário, hoje foragido nos EUA. A lista de mordomias oferecidas a Castro, segundo a PF, incluiu uma degustação de caviar em um hotel de luxo no início deste ano e reformas em imóveis usados pelo ex-governador na capital fluminense e na Região Serrana. De acordo com as mensagens, Castro disse a Magro que ele era seu "amigo" e que "acompanhou pessoalmente" o andamento de requerimentos que interessavam à Refit, que está em processo de estadualização. Arefinaria é uma das maiores devedoras de impostos do estado e do país.

As informações constam em relatório da PF que embasou a segunda fase da Operação Sem Refino, em agosto, e cujo sigilo foi retirado ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A operação apura o envolvimento de integrantes do governo Castro com fraudes que beneficiaram a Refit, cuja falência foi decretada pela Justiça do Rio na segunda-feira. Procurada, a defesa de Castro negou qualquer favorecimento à empresa.

Castro e Magro foram alvos da primeira fase da operação em maio, quando o ex-governador teve seu celular apreendido. No aparelho, os investigadores encontraram mensagens trocadas entre ambos em 2025, depois que Castro participou de um evento em Nova York patrocinado por Magro. Na ocasião, o empresário agradeceu a presença, e teve como resposta uma mensagem com um afago do então chefe do Executivo fluminense: "Eu que agradeço. Aqui você tem um amigo. Saiba disso".

Com base nessa e em outras mensagens, a PF argumenta que havia um "canal privilegiado" entre a Refit e integrantes do governo do Rio, e acusa Castro de ter "edificado um ambiente institucional favorável" à empresa de Magro "para influenciar decisões regulatórias". Em contrapartida, segundo a PF, o ex-governador recebeu mordomias "incompatíveis com seus rendimentos lícitos". Um desses benefícios apontados na investigação foi uma degustação de caviar, em abril de 2026, em um hotel de luxo em São

Paulo, paga por um advogado que é suspeito de ligação com Magro.

"QUENTINHA" DE CAVIAR

Segundo o relatório, Castro fez o pedido de caviar, orçado em R\$ 10,5 mil, com sete variedades da iguaria - incluindo tipos como Imperial, Beluga Siberian, Golden, Ossetra e Sevruga. No pedido, Castro explicou que pretendia consumir parte do produto no Hotel Emilian, em São Paulo, e levar o restante para o Rio.

Ao receber a fatura, Castro enviou um comprovante de pagamento feito pela empresa AC Santos Participações e Empreendimentos, do advogado Antonio Carlos da Conceição Santos.

Conhecido como Pipo, o advogado foi assessor do ex-deputado e ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Domingos Brazão, condenado como mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. Pipo também é apontado pela PF como "figura central no esquema de branqueamento de capitais no mais alto escalão do governo do Rio", ajudando a mascarar supostos recursos ilícitos pagos por Ricardo Magro a autoridades estaduais para garantir os interesses da Refit.

A investigação apontou indícios de que Pipo mantinha relação societária oculta com o ex-presidente do Instituto Estadual do Ambiente, Renato Jordão Bussiere, acusado de atuar de forma ilícita para garantir a concessão de licenças ambientais à Refit.

ADEGA E COBERTURA

No despacho em que autorizou a operação, Moraes escreveu que a relação entre Castro e Pipo sugere a "utilização de estruturas empresariais de terceiros em benefício do ex-governador".

A investigação da PF lista ainda outros benefícios pagos por terceiros a Castro, e que podem estar relacionados à concessão de vantagens indevidas à Refit. Entre eles estão a reforma de uma casa no condomínio Locanda, em Petrópolis, com a construção de uma adega avaliada em R\$ 245 mil, e a reforma de uma cobertura no condomínio Península, na Barra, Zona Sudoeste da capital, onde Castro mora

atualmente. Os investigadores apontam que Castro agia como "proprietário de fato" desses imóveis e supervisionou diretamente as reformas, que estão em nome de terceiros.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em nota, a defesa de Castro negou "qualquer participação e mesquite made lavagem de dinheiro, recebimento de vantagem indevida ou favorecimento a terceiros". Em relação à degustação de caviar, a defesa afirma que "a encomenda havia sido feita por um amigo", e que o ex-governador "apenas retirou os produtos (...) tendo consumido um deles com autorização do comprador".

"Não há qualquer ligação entre os episódios envolvendo a compra e os imóveis com a Refit. São situações distintas, sem relação com a empresa ou com eventual favorecimento", diz a nota.

COMEMORAÇÃO

A investigação da PF também encontrou mensagens do governo Cast que apontam favorável renovação da licença ambiental da refinaria, em Mangueiras, na Zona Norte do Rio, em 2024, mesmo após estudos técnicos apontarem risco de contaminação do solo.

Às vésperas da aprovação da licença, o então secretário estadual de Meio Ambiente, Bernardo Rossi, e Renato Jordão, que presidia o Inea, reclamaram de um despacho da área técnica contrário ao pedido da Refit. Na troca de mensagens recuperada pela PF, Rossi mostra preocupação com as consequências para a empresa de Magro: "Os caras vão perder todas as licenças da ANP (Agência Nacional de Petróleo)! Vão ter que parar toda a operação!", escreveu o secretário. "Estamos trabalhando a solução. Mas é luta, só tem FDP", responde Jordão.

O relatório mostra que Jordão manteve contato com pelo menos três pessoas com direito a voto sobre a renovação, e orientou Rossi a procurar outros votantes. Depois do resultado favorável, Rossi escreveu o texto "boa porraaaa", para o aliado, e Jordão respondeu: "Aprova doooooooooooooo".

Segundo a PF, as reações mostram que ambos tinham "indícios de alinhamento" e "podem ter beneficiado empreendimentos de alto impacto ambiental, com a emissão de licenças de instalação e operação e a dispensa de estudos de impacto ambiental, apesar de manifestações técnicas contrárias".

À TV Globo, Jordão negou irregularidades no processo de renovação das licenças da Refit. O GLOBO não localizou as defesas de Rossi e de Ricardo Magro.

Senado aprova projeto de lei que reformula o seguro rural no país

"Projeto permitirá ao setor investir em regiões atualmente não atendidas" Daniel Nascimento

O Senado Federal aprovou na quinta-feira (3) o projeto de lei 2.951/2024, da senadora Tereza Cristina (PP-MS), que reformula a política de seguro rural no país. A proposta blinda a verba destinada à política de eventuais cortes e torna obrigatória a despesa orçamentária com a subvenção federal às apólices. O texto também abre caminho para a implementação do Fundo Catástrofe, de cobertura suplementar aos contratos com os produtores.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) articulou um acordo com o governo para fazer apenas dois ajustes no texto aprovado em maio na Câmara dos Deputados. A medida atendeu a pedidos do Ministério do Planejamento e Orçamento e viabilizou a votação do projeto no plenário da Casa de forma simbólica. Com isso, o Executivo se comprometeu a sancionar a proposta sem vetos.

O parecer do senador Jaime Bagattoli (PL-RO) acatou uma emenda de redação que condiciona o pagamento das despesas do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) à existência de uma compensação financeira. A costura política prevê que o governo enviará em 15 dias uma medida provisória com o contingenciamento de outro recurso para cumprir a regra de responsabilidade fiscal e abrir espaço para aplicação dos valores no seguro rural.

Também houve acordo para retirar do texto a autorização para o remanejamento de "sobras" do orçamento do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), espécie de seguro rural público de pequenos e médios agricultores gerido pelo Banco Central, para o PSR. Em 2025, mais de R\$ 758 milhões não foram utilizados, mas a verba não pôde ser realocada na subvenção das apólices.

O projeto garante a proteção ao orçamento do PSR e dá previsibilidade aos repasses públicos. O texto torna a aplicação da verba uma despesa obrigatória e impede que os recursos orçamentários destinados à subvenção ao prêmio do seguro rural sejam alvo de contingenciamentos ou bloqueios. A verba continuará sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura.

O PL pode destravar a implementação do Fundo

Catástrofe, criado em 2010. O texto retira da lei a previsão de aporte de até R\$ 4 bilhões em títulos e não cita novos valores. A avaliação é de que esses dispositivos dificultaram a viabilidade do fundo até agora.

A proposta torna a participação da União no fundo mais "flexível" e permite que ocorra por meio de

diferentes fontes de recursos, sem um limite financeiro. O projeto ampliou o escopo do fundo e há aval para que o governo atue como cotista em moeda corrente, títulos públicos, ações de sociedade mista federais, imóveis e outros ativos.

Seguradoras participantes do PSR deverão se tornar cotistas do fundo. Sociedades seguradoras, resseguradoras, empresas do agronegócio e cooperativas de produção agropecuária também poderão participar.

O fundo poderá adquirir Letra de Risco de Seguros (LRS) como cobertura suplementar e transferir riscos por meio de resseguro ou realizar a cessão ou a venda de riscos para Sociedades Seguradoras de Propósito Específico (SSPE), vedado o pagamento de rendimentos aos cotistas.

O texto mantém a isenção de **tributos** federais sobre operações

de seguro rural. Pela regra atual, o benefício poderia ser encerrado no ano seguinte ao início da operação do fundo.

A proposta estabelece condições que poderão ser exigidas para que o contrato de seguro rural seja aceito como garantia de operações de crédito, como a cessão fiduciária de indenizações, a prioridade de pagamento à instituição financeira credora em caso de sinistro e prazos de regulação mais céleres.

A senadora Tereza Cristina disse que as medidas vão contribuir para a estabilidade da renda agrícola no país, tirar a pressão orçamentária da União por novas renegociações de dívidas e, no médio prazo, ajudar a reduzir o custo do crédito ao produtor, diminuindo a inadimplência.

Ela defendeu que há impactos positivos nas contas

públicas.

"Não adianta o governo colocar R\$ 18 bilhões na subvenção do Plano Safra se não temos seguro rural. Quando se perde uma safra sem seguro, o governo paga duas vezes com a renegociação", disse.

O produtor poderá ter vantagens caso contrate seguro rural, como juros, prazos e limites mais favoráveis no crédito rural, prioridade no acesso aos financiamentos com apoio oficial e financiamento do prêmio do seguro. Para acessar a subvenção ao seguro, o agricultor deverá fornecer dados sobre sua atividade agropecuária.

Daniel Nascimento, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg), disse que o projeto dará previsibilidade para o mercado investir em regiões hoje não atendidas e massificar o seguro.

Operação do MPSP aponta corrupção privada

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) deflagrou, na manhã da quinta-feira (3), nova fase da Operação Ícaro que investiga redes de varejo, indústrias e prestadoras de serviço envolvendo a liberação de créditos tributários de forma ilegal no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado. Documentos obtidos pelo Valor mostram que estão citadas nas investigações em andamento as redes Assaí, Casas Bahia, Dia e Farma Conde. Há menções na apuração sobre supostos pagamentos de propina de 1% a 2,5% sobre o crédito negociado, a depender da empresa, por meio de advogado contratado.

Os grupos Rumo, Cosan, Comgás, Ipiranga, Ambev e Sony Mobile também são mencionados como supostos beneficiários do esquema que acelerava a concessão dos créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMSST). O MPSP ainda quer saber se havia empresas que pagavam para fabricar **tributos** inexistentes.

Essas companhias não foram envolvidas diretamente na operação de ontem. No entanto, há uma apuração em andamento que envolve dados de delação premiada e quebra de sigilo bancário de agentes públicos, e nessas investigações, os promotores têm reunido mais informações sobre esses grupos. A Operação Ícaro investiga um esquema fraudulento de produção e liberação bilionária de valores de ICMS no Estado de São Paulo, que começou com as redes Ultrafarma e Fast Shop, mais de um ano atrás.

Basicamente, a maioria das companhias teria contratado o escritório de advocacia Buttini de Moraes e este teria acertado pagamento de propina para a liberação dos créditos nos últimos anos, mostra medida cautelar de busca e apreensão do MPSP obtida pela reportagem. Pagamentos seriam feitos pelo escritório em estacionamento de shopping centers na capital, e em dinheiro, que eram colocados em caixas de arquivo, como relatou ontem o site do Valor. As empresas negam irregularidades e desconhecem a investigação.

A ação ocorrida ontem inclui pedidos de prisão para André Weiss, ex-diretor-geral executivo da administração tributária da Sefaz, que ocupou o cargo até maio, e para o advogado João André Buttini de Moraes, sócio do escritório Buttini de Moraes, fundado em 2018, e peça central na investigação em torno das

varejistas. Buttini teria a maioria dos contratos sob suspeita para facilitar a obtenção de créditos de ICMS-ST que estavam parados na Sefaz, e que os grupos precisam acessar para fazer a monetização, dando baixa em seus balanços, ou para a venda a terceiros, segundo acredita a promotoria.

Ontem, a nova fase da Operação Ícaro, por meio do MPSP, cumpriu 47 mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, profissionais e empresariais na capital, na Grande São Paulo, no interior paulista e em Mato Grosso do Sul.

A decisão judicial determinou ainda o afastamento cautelar das funções públicas de seis investigados, a proibição de contato entre os 27 alvos, a entrega de passaportes e a proibição de saída do país. São apurados possíveis crimes de organização criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A operação foi realizada por meio do Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e à Lavagem de Dinheiro (GEDEC).

"Segundo as investigações, o grupo teria transformado um mecanismo tributário legítimo em um mercado clandestino, no qual eram negociados não apenas os créditos dos contribuintes, mas também os próprios atos administrativos necessários para seu reconhecimento e liberação. As vantagens indevidas corresponderiam a percentuais dos créditos fiscais, que estariam entre 1% e 10% nos episódios investigados", afirma em **comunicado** o MPSP.

A rede Assaí foi envolvida nas investigações de pagamento de suborno para supostamente destravar, acelerar e deferir os pedidos de ressarcimento de ICMS-ST. A rede teria pago quase R\$ 53 milhões à empresa BM Tax do advogado João Buttini para obter a liberação mais acelerada dos créditos, apurou o Valor com base em documentação da medida cautelar de busca.

Além disso, há mais detalhes da situação envolvendo a Casas Bahia e a rede de supermercados Dia. Nas três cadeias (Casas Bahia, Dia e Assaí) a propina teria variado de 1% a 2,5% sobre o valor do crédito, pagas por Buttini. Só nos procedimentos até aqui identificados pelo MPSP, discutem-se ressarcimentos da ordem de R\$ 800 milhões na centralização do Assaí e de R\$ 97,7 milhões nos dois processos do Dia

a que se referem as anotações apreendidas na residência de um delator do MPSP, e peça central na apuração, Paulo Siqueira Prado, ex-delegado tributário da delegaria regional do Butantã/SP.

Prado forneceu uma série de informações que baseiam a operação de busca ocorrida na manhã desta quinta-feira e as acusações contra as redes. Prado ainda afirma no acordo de colaboração que, em 2023, foi procurado pessoalmente por Buttini na Secretaria da Fazenda para tratar dos interesses dos clientes-contribuintes do escritório em que é sócio.

Além disso, gravações de um almoço, em 2023, com funcionários públicos que seriam os operadores do esquema de fraude atualizam os andamentos dos processos de liberação dos créditos e citam as varejistas.

No telefone celular de Artur da Silva Neto, ex-chefe da área fiscal da Secretaria da Fazenda, já afastado do cargo e preso, foi localizada uma gravação de almoço entre agentes públicos, realizada em 27 de julho de 2023, e à mesa estavam, Silva Neto, o delator Paulo Prado, André Weiss, ex-diretor de fiscalização tributária, além de um supervisor de fiscalização, um inspetor fiscal da delegacia tributária do Butantã e um auditor fiscal.

Em determinado trecho, os interlocutores tratam da centralização de três grandes contribuintes - e citam Via Varejo (Casas Bahia), o Dia e o Sendas (Assaí). Na conversa, Silva Neto, considerado o cérebro do esquema na Sefaz, pergunta a Weiss quais os trabalhos que começaram com as cadeias, e então Prado diz que um dos trabalhos é com a Via (Casas Bahia) e que com o Dia nem "começou ainda" o serviço.

E então, o supervisor fiscal afirma

que "um terceiro que está centralizado lá é Sendas". Mas Silva Neto esclarece que Sendas é o nome fantasia e que "tem um Assaí" - os dois grupos são a mesma companhia. "Então eu acho que a gente pode sentar e verificar e acertar", diz Weiss. Procuradas, as defesas de Weiss, Prado e Neto não se manifestaram.

Ainda segundo a investigação em andamento do MPSP, com base nos dados levantados na documentação colhida e da colaboração premiada junto a Prado, o delator afirmou ter recebido de Buttini a sua parte da vantagem indevida referente aos

serviços prestados ao Assaí.

"O pagamento se deu por meio da emissão de 12 notas fiscais contra a Ad'oro S.A, simulando a

prestação de serviço de sua empresa a essa companhia", disse o MPSP na medida cautelar. A Ad'oro S.A. seria o veículo de pagamento do Assaí junto ao escritório de advocacia, segundo a apuração. Os pagamentos seriam feitos pela Ad'oro para a BM Tax - a empresa recebeu R\$ 37,5 milhões dos R\$ 52,9 milhões pagos pelo Assaí como honorários advocatícios. A receita da BM Tax evoluiu de R\$ 5,5 milhões em 2019 para

R\$ 70,4 milhões em 2023.

Com base na investigação, há uma troca de mensagens por Whatsapp entre um auditor fiscal e o delator Prado, que cita o Assaí. Segundo essas conversas, presente na medida de busca e apreensão, em junho de 2023, o auditor relata a Prado que o advogado Buttini lhe encaminhara o protocolo do ressarcimento do Assaí - cerca de R\$ 800 milhões, centralizado no CNPJ de um outro auditor, pedindo que "ficasse no seu NF" porque já se havia estabelecido "uma metodologia boa com a equipe".

Ainda segundo a documentação do MPSP, os agentes públicos acertavam entre eles os subornos após a liberação dos créditos de ICMS. "A fixação da propina em percentual do valor a ser ressarcido - 1% no caso do Assaí, 1,5% nos casos da Via e do Dia, 2,5% no caso da distribuidora de bebidas Metrôpole, 3% na cota do advogado e 10% na exigência partida da supervisão de substituição tributária", segundo a promotoria afirma na cautelar.

"[Isso] não é detalhe acessório: é a demonstração de que o ato de ofício tinha preço", afirma a medida cautelar da promotoria.

Pelos cálculos totais, com base no cruzamento de 88.388 lançamentos (2018-2025) de pagamentos, o escritório de Buttini recebeu R\$ 140,6 milhões pagos em serviços oriundos dos clientes Assaí, Via, Ipiranga e Metrôpole -, tendo o Assaí como maior pagador, de R\$ 52,9 milhões, seguido da Casas Bahia, com R\$ 49,8 milhões, dentro dos R\$ 140,6 milhões, com base dos dados da medida cautelar.

Em **comunicado**, o Assaí informou ter contratado os escritórios Buttini Moraes e a BM Tax para a prestação de serviços tributários e tecnológicos, e que a contratação se deu pela escala e complexidade do processamento de dados tributários. "O escopo dos serviços incluiu o processamento de bases massivas de dados fiscais, a elaboração de memórias de cálculo, a preparação dos arquivos digitais exigidos pela legislação e o acompanhamento administrativo regular dos respectivos pedidos", afirma.

Ainda diz que o Assaí não efetuou pagamentos a

agentes públicos, não solicitou e nem autorizou o oferecimento de qualquer vantagem indevida. Afirma que o ressarcimento de ICMS-ST não é benefício fiscal, incentivo ou favor, mas direito previsto na legislação, aplicável quando o imposto recolhido antecipadamente. E que até o momento, o Assaí não recebeu notificação das autoridades e não foi alvo de medida judicial ou diligência relacionada à operação.

O grupo Dia informa que não foi procurado ou notificado pelo MPSP, e que não compactua com qualquer prática ilícita ou conduta em desacordo com a legislação e com seus princípios éticos, pautando pela integridade e transparência e permanece à disposição das autoridades. A Casas Bahia não se manifestou.

Em nota, a defesa do advogado Buttini de Moraes diz que está tomando conhecimento da investigação e das circunstâncias que levaram à operação, e que em total transparência e colaboração, diz que tão logo tenha acesso aos autos, prestará todos esclarecimentos necessários.

PEC que reduz jornada fica para depois

» ROSANA HESSEL

A votação, no plenário do Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do fim da jornada 6x1, PEC nº 221/2019, ficou para depois das eleições. A confirmação foi feita pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), apesar de a pauta ser considerada prioritária para o governo. O primeiro turno das eleições presidenciais está marcado para o dia 4 de outubro.

"Vou dizer para Vossa Excelência e para o Brasil, senador Paulo Paim, que Vossa Excelência estará aqui votando, após as eleições, o fim da escala 6X1 no plenário do Senado" declarou Alcolumbre durante sessão do Senado.

Em discurso feito pouco antes, Paim (PT-RS) disse esperar a aprovação da PEC antes de sua aposentadoria. O senador decidiu não concorrer à reeleição este ano.

Na véspera, a PEC 221/2019 foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa. Mas o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) admitiu não ter certeza de aprovação no Plenário.

Diante da perspectiva de adiamento, o presidente Lula criticou,

nas redes sociais, a articulação da oposição contra a PEC. O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha do principal rival do petista na corrida eleitoral, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) reagiu. "Ontem, o Brasil testemunhou, mais uma vez, quem é quem no Congresso Nacional. Enquanto tentávamos avançar com a PEC que acaba com a jornada 6x1 no Senado, a oposição, capitaneada pelo coordenador da campanha do meu opositor nessa corrida presidencial, atuava para impedir o avanço da pauta" escreveu o Lula em postagem no X. Em resposta, Rogério Marinho chamou o petista de "mal-intencionado" e afirmou que ele "engana a população há mais de 40 anos". "Você está aplicando o golpe da picanha 2, tentando fazer o povo acreditar que é possível reduzir a jornada sem redução de remuneração e que isso não terá consequências para todos. O custo da sua irresponsabilidade será pago pelo trabalhador, que vai encontrar preços mais altos, empresas fechando, desemprego e um empurrão para a informalidade" escreveu.

Analistas veem a PEC do fim da jornada 6x1 como uma jogada eleitoreira e consideram o adiamento da votação da matéria mais

sensato, para evitar atropelos nessa semana de esforço concentrado do Congresso. Além disso, lembram que a matéria é vista com preocupação pelo setor produtivo, devido ao aumento de custos, especialmente em um momento de desaceleração da atividade.

"Adiar é a decisão mais sensata

para todos. Na realidade, tomar uma decisão tão importante como essa que vai trazer uma mudança tão significativa em diversos setores de prestação de serviço, como comércio, educação, saúde, assim, de forma abrupta e sem um estudo, sem analisar as consequências do momento onde você tem uma

pressão inflacionária do setor de serviços, onde tem juros altos, onde a economia está desacelerando" avaliou o economista Écio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para Costa, a mudança na escala de trabalho deveria ser feita por um presidente no início de mandato e não no último ano, porque há vários estudos apresentando que o Produto Interno Bruto (**PIB**) deverá colher por conta dessa mudança na jornada de trabalho. "Essa mudança é algo assim que, realmente, precisa ser pensado com bastante calma e deve ser uma decisão de um novo governo em adotar essa mudança ou não" acrescentou.

Conforme dados de um estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a redução da jornada sem a devida compensação poderia provocar impacto de até 16% no **PIB** brasileiro e levar à perda de cerca de 18 milhões de postos de trabalho. "A nossa defesa é pelo diálogo e pelo equilíbrio. É possível discutir melhorias nas condições de trabalho e qualidade de vida sem retirar de empresas e trabalhadores a possibilidade de construir, por meio da negociação coletiva, a jornada

mais adequada para cada realidade" destacou Fernanda Ribas, gerente trabalhista da Fiemg, por meio de nota.

Apesar de considerar a PEC do fim da escala 6x1 positiva, em termos de mercado de trabalho, o economista e professor da Universidade de Brasília

(UnB) Cesar Bergo defendeu mais análise e discussão em torno da proposta. "Obviamente, o setor produtivo é contra essa decisão, porque não há por parte do governo nenhum esforço para redução dos encargos trabalhistas. Então você teria um aumento em função da redução da jornada de trabalho e as empresas não poderiam absorver isso. Teria mais custos" explicou.

O acadêmico também reconheceu o viés eleitoreiro da PEC do fim da escala 6x1, assim como a medida provisória que acaba com a taxa das blusinhas, a MP nº 1.357/2026, aprovada ontem no Congresso. E, para ele, o adiamento da PEC também foi resultado da falta de articulação de Lula e dos líderes governistas. "O que estamos vendo é um governo bastante fraco nesse aspecto de articulação no Congresso, tanto na Câmara quanto no Senado" frisou. (Colaborou Luiza Altoé)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/09/04/all.pdf>

Inteligência artificial e mais PIB - CELSO MING

CELSO MING

Em seu pronunciamento realizado dia 28 de agosto, em Jackson Hole, Estados Unidos, o presidente do Fed (banco central dos Estados Unidos), Kevin Warsh, disse brevemente coisas importantes sobre o efeito da inteligência artificial (IA) sobre a economia dos Estados Unidos e sobre a política de juros do Fed.

Como os analistas se concentraram no que ele também disse, com dureza, sobre o futuro imediato dos juros, essa fala sobre a IA foi menos comentada.

Warsh se referiu aos enormes investimentos que estão sendo feitos nessa área, especialmente nos Estados Unidos.

Tendem a ter duas consequências ainda não muito claras: aumento do **PIB**, graças aos avanços em produtividade a serem proporcionados pelo emprego intensivo de IA, e de certa queda da **inflação** como resultado disso.

No começo do século, o então presidente do Fed, Alan Greenspan, demorou para entender que o crescente emprego da Tecnologia da Informação (computador, internet e aplicativos) vinha contendo o avanço da **inflação** - o que, por sua vez, permitia emprego de juros relativamente baixos.

Warsh já pressentiu a iminência de efeitos semelhantes sobre a economia dos Estados Unidos e do mundo mais rapidamente do que Greenspan havia entendido no seu tempo.

Se confirmado, o crescimento econômico futuro em ambiente de **inflação** baixa pode ajudar a equacionar um dos maiores problemas da economia dos Estados Unidos, o da dívida do Tesouro, hoje acima dos US\$ 40 trilhões, e em rápida escalada: mais crescimento tende a aumentar a arrecadação e a conter o rombo fiscal e a expansão da dívida.

Essa é, por sua vez, a aposta do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, que o leva a reduzir a importância da incipiente rejeição ou da atual queda de demanda pelos títulos do Tesouro dos Estados Unidos (treasuries) por parte das carteiras de reserva dos países ricos e pelos grandes fundos de investimento.

Desse ponto de vista, a grande expansão da utilização da IA é, para o governo Trump, esperança de recuperação da hegemonia dos Estados Unidos na economia global. O problema aí é o de que a China não está parada e também vai desenvolvendo com grande rapidez seu parque de IA.

Isso significa que as observações de Warsh (e também de Bessent) têm de ser vistas em dois níveis.

No curto prazo, parece não haver dúvidas de que a IA produzirá efeitos positivos para a economia dos Estados Unidos.

No entanto, a longo prazo, enfrenta inúmeras incertezas, especialmente as do real impacto que exercerá sobre a geopolítica e sobre a reformulação da ordem mundial.

E ainda não estão sendo levados em conta os riscos para a humanidade do emprego negativo de IA já insistentemente denunciados pelos pensadores ao redor do mundo. I

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Inteligência artificial e mais **PIB**

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros em alta ampliam dívidas e elevam os riscos globais

As taxas de juros de médio e longo prazos estão subindo nas principais economias do mundo - exceto China, onde fazem o caminho contrário -, como resultado de endividamento crescente e desequilíbrio fiscal contínuo. A tendência traz desafios para países emergentes, como o Brasil, que além de seus problemas domésticos é atingido pelo "efeito contágio" das taxas externas, em especial dos títulos do Tesouro americano, tidos como livres de risco, a partir das quais se acrescenta o prêmio para empréstimos e aplicações em portfólio. A alta dos juros externos limitam o quanto os juros domésticos podem cair sem provocar saída massiva de capitais e movimentos cambiais desestabilizadores.

A causa básica primordial dos juros em ascensão é a **inflação**, que, após o salto com a pandemia, e acumulação de enormes déficits públicos para combatê-la, não voltou à órbita comportada das metas nos países desenvolvidos. Há 65 meses, por exemplo, ela está acima dos 2% perseguidos pelo Federal Reserve, o banco central americano. Quando tanto na União Europeia quanto nos EUA e no Reino Unido a **inflação** parecia voltar à normalidade, o mundo econômico e político foi abalroado pela chegada de Donald Trump ao comando da maior economia do mundo. A eclosão da guerra de Trump e Israel contra o Irã desestabilizou os mercados, e a **inflação** voltou a ganhar fôlego. Nos EUA, está em 3,7% (gastos pessoais de consumo), e na Europa subiu a 3,3% (agosto).

A resposta dos bancos centrais foi elevar juros ou interromper sua queda. No primeiro caso, se coloca o Banco Central Europeu, que deve elevar mais uma vez as taxas na reunião da semana que vem. O presidente do Fed, Kevin Warsh, sinalizou que deverá seguir o mesmo caminho se a **inflação** não cair logo, e os investidores avaliam que, se não já, nos próximos meses as chances são de que os juros voltem a subir.

Inflação maior, que eleva juros, não conta toda a história. Os países desenvolvidos acumulam déficits fiscais e dívidas altas e crescentes. A dívida líquida dos Estados Unidos é de 99% do PIB (a bruta é de US\$ 40 bilhões, 125% do PIB), a do Japão, 134%, a da França, 108% e a do Reino Unido, 94%. O endividamento, necessário para combater a grande crise financeira, depois a pandemia, não foi danoso antes porque foi feito a taxas de juros muito baixas ou

mesmo negativas. Quase duas décadas de baixo custo do dinheiro deram a impressão de que isso era fruto de forças estruturais que se prolongariam no tempo. Tudo indica, porém, que essa era terminou.

Deter agora o endividamento é muito mais complicado porque estão em ação necessidades prementes de mais gastos.

A demografia amplia os gastos públicos em todos os países desenvolvidos, com mais força no Japão. A política externa de Trump, de cada país por si (e os EUA contra), obrigou a um aumento generalizado dos gastos com defesa, em especial na Europa, que além disso enfrenta uma guerra em seu território, com a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Não é só o orçamento militar que está crescendo. A transição energética para enfrentar as mudanças climáticas exige investimentos acelerados e urgentes na substituição de combustíveis fósseis em execução. Boa parte das despesas tem de ser financiada com emissão de dívidas dos Estados, que agora passaram a disputar recursos no mercado com as big techs, artífices da revolução tecnológica da Inteligência Artificial. Elas investiram US\$ 450 bilhões e querem captar US\$ 750 bilhões, a prazos longo e com rating de grau de investimento. "Todo mundo aumenta captações quando os custos estão cada vez mais altos", constata Eric Robertsen, estrategista-chefe do banco britânico Standard Chartered. "A situação fiscal não melhora em parte alguma, e até que isto mude as taxas longas estão sem âncora."

Os EUA intervieram para sustentar o iene no fim de agosto, mas também para evitar que seus próprios títulos tivessem de pagar mais juros com sua venda pelo Tesouro do Japão, que detém US\$ 1 trilhão neles. Os papéis de 10 anos do Japão subiram para 3%, a maior taxa desde 1996. Os papéis de 10 anos do Tesouro dos EUA pagam agora 5,26%, o maior rendimento desde 2007, antes da grande crise financeira. Na Europa, os investidores cobram mais dos títulos da França que dos da Itália, que tem uma dívida maior, pelo seu passado de sistematicamente desrespeitar o teto fiscal da zona do euro e enfrentar eleições em 2027, com chances de vitória da direita anti-UE. No Reino Unido, os juros dos títulos de 30 anos aumentaram para 5,9%, os maiores desde os anos 90, e os de 10 anos, para 5,25%, os mais altos

em 18 anos.

Há vários fios desencapados na economia global que aumentam riscos de choques. Uma elevação rápida dos juros no Japão (de 1% hoje) reduz a rentabilidade do mais usado "carry trade" na praça, que tem o Brasil como um dos destinos importantes de aplicação. Usados como proteção para aplicações mais arriscadas em renda variável, com grande peso no mercado dos EUA, papéis de renda fixa, como os bônus soberanos, perdem essa função com inflação instável e juros em alta. Juros altos em algum momento podem desfazer a euforia das bolsas americanas e forçar uma reprecificação de ativos que pode ser bastante turbulenta. Em um mundo perigoso, o Brasil deveria reforçar suas defesas e fortalecer o seu flanco mais vulnerável: a situação fiscal.